

A emergência da ética da sustentabilidade e a responsabilidade dos meios de comunicação na sociedade de consumo

Rogério Bianchi de Araújo

Mestre em Filosofia Social – PUC-Camp;
Professor de filosofia e sociologia – Unip; Imes.
São Paulo – SP [Brasil]
rogerbianchi@uol.com.br

Neste artigo, discutir-se-á o desenvolvimento sustentável e a importância de se pensar a causa ambiental de forma mais crítica, com o intuito de criar modelos de desenvolvimento que considerem a sustentabilidade e a preservação ambiental para as futuras gerações. É imprescindível a participação de toda a sociedade nesse debate. A formulação de novos hábitos que não comprometam a subsistência e a consciência da real possibilidade da autodestruição deve ser estudada e problematizada, constituindo-se em propósitos desafiadores, que destacam a relevância e o dever moral dos meios de comunicação para instaurar uma nova ética e uma nova maneira de compreender a realidade e divulgar o impacto dessa diferente percepção na vida humana. Daí a exigência de uma postura comprometida não mais com um desenvolvimento a qualquer custo, mas com um paradigma alternativo que entenda a biosfera como a base da vida social, levando-se em conta que, nesses ecossistemas, a espécie humana é apenas uma das muitas que vivem em relação de interdependência.

Palavras-chave: Comunicação.
Conscientização. Desenvolvimento. Meio ambiente. Sustentabilidade.



1 Introdução

De que maneira é possível pensar o desenvolvimento em tempos de globalização, de progresso extraordinário das novas tecnologias e de meios de comunicação avançadíssimos que redefinem as funções do espaço e do tempo? Desenvolvimento significa, consoante as definições mais comumente aceitas e grafadas nos principais dicionários, crescimento, aumento, progresso de um país ou de uma região. Desenvolver é o mesmo que fazer crescer, aumentar, progredir. Foi a partir dessa conceituação que nasceram as ideologias desenvolvimentistas, segundo as quais o desenvolvimento econômico está ligado à industrialização, ao crescimento da renda por habitante e à taxa de crescimento da economia, deixando, em segundo plano, as questões relativas à distribuição de renda, à concentração regional da atividade econômica, às condições institucionais, sociais, políticas e culturais.

No entanto, a noção de desenvolvimento vem passando por algumas transformações, ao se desvencilhar da idéia única e exclusiva de crescimento econômico e ao considerar categorias que até então estavam dispersas no meio das análises economicistas. Modernos mecanismos de medição de desenvolvimento foram implementados, enfatizando a qualidade de vida e outros aspectos sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) identifica, por meio dos indicadores sociais, culturais e demográficos, novas formas de reflexão a respeito do desenvolvimento.

Pensar a categoria social implica pensar as sociedades, as comunidades humanas e o estabelecimento das ordens sociais, o que abrange as questões sociais em oposição às de natureza individual, a complexidade dos problemas ligados ao estado de direito e os atos referentes ao melhoramento das condições de vida e de trabalho. Por isso, faz-se necessário conscientizar a população e até mesmo as lideranças políticas do real significado do meio ambiente, que não pode ser visto apenas como as matas, os rios, as florestas, o ar etc.; também devem fazer parte dele as condições de alimentação, o modo de vida em sociedade, a educação, a companhia etc. Vive-se em uma comunidade humana e este é seu meio ambiente, um lugar que deve ser repartido e compartilhado de forma que preserve a continuação da espécie humana e promove a emancipação a um número cada vez maior de pessoas. Essas considerações não são inéditas, uma vez que a Constituição Federal de 1988, Artigo 225¹, estabelece que “Todos

têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Ocorre que a questão social interfere, sobremaneira, nos problemas ambientais. Não é possível falar em preservação do meio ambiente sem levar em conta as condições sociais em que vivem os habitantes deste planeta. Há uma equação lógica que precisa ser pensada: desigualdade social gera miséria, que, por sua vez, causa a destruição do meio ambiente. Pela primeira vez, os seres humanos vêem-se obrigados a assumir responsabilidade tanto individual quanto coletiva pelos seus atos. Há de se enxergar com nitidez essa teia complexa que une desenvolvimento econômico e social e meio ambiente, bem como enfrentar as anomias sociais que desestabilizam o meio ambiente.

Os seres humanos diferenciam-se dos outros animais porque não são apenas seres biológicos produzidos pela natureza, mas também seres culturais que modificam o estado da natureza. São donos de uma abstração tal que trabalham com a categoria tempo, separando-o em três dimensões: passado, presente e futuro, as quais os condicionaram ao longo da história e fizeram com que desenvolvessem a capacidade de projetar. É por isso que a dimensão humana é muito mais ampla que a de outros animais. Os humanos são biopsicos-socioculturais e estão inseridos numa pluralidade de relações muitas vezes conflituosas. São seres contraditórios, ambíguos, instáveis e dinâmicos. Ao mesmo tempo que são produto da natureza e da cultura, apropriam-se delas e transformam-nas a seu bel-prazer. Em conseqüência, são capazes de criar coisas extraordinárias e maravilhosas e são igualmente capazes de promover destruições devastadoras. Perante a biosfera, o ser humano, dotado dessas características “superiores” a dos outros animais, construiu a antroposfera e ajustou a natureza às suas necessidades, porém essas nunca pararam de aumentar e, com a dinâmica e a lógica do sistema capitalista, a humanidade, finalmente, enxergou a real possibilidade de autodestruição.

Utilizada por antropólogos, historiadores e sociólogos, a palavra “cultura” tem uma vasta definição. No entanto, há certo consenso de que cultura designa o conjunto dos modos de vida criados e transmitidos de uma geração para a outra, entre os membros de determinada sociedade; abrange conhecimentos, crenças, artes, normas, costumes e muitos outros elementos adquiridos socialmente,

como o que se pensa, o que se faz e o que se tem dentro de um grupo social. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que todas as sociedades humanas, da pré-história aos nossos dias, possuem uma cultura, com valores e verdades próprios. Por isso, é complexo pensar em homogeneização e padronização quando o tema é o ser humano. Qual é a melhor cultura? Qual é a verdade? O que significa ser livre? Essas questões e muitas outras foram sendo cada vez mais relativizadas, a partir do momento que se percebeu que existem várias formas de interpretar o mundo e a vida. A perspectiva ambiental e a crise em que a humanidade está posicionada fizeram com que se repensasse a possibilidade de estabelecer uma ética e uma moral universal válidas para todas as culturas, com o objetivo de anular o risco de extinção da espécie humana; surgiu, então, a urgência em reconsiderar o desenvolvimento e a relação do homem com a natureza.

2 O traçado histórico do desenvolvimentismo

Como se chegou a esse nível de preocupação planetária tão alarmante? Isso remonta a algumas reflexões históricas sobre a existência humana, que separaram o homem da natureza, definindo-o como ser antropocêntrico, e que hoje o submetem à urgente necessidade de reaproximação com o cosmo.

Durante o período neolítico, o homem passou a ser sedentário, ao se fixar em determinado espaço territorial e abandonar o nomadismo. Iniciam-se, assim, a agricultura e a domesticação de animais. O homem, portanto, alterou o seu meio ambiente e a natureza, mas, ainda, apenas para sua subsistência.

O Feudalismo na Idade Média (século V ao XV) teve como característica a estrutura de uma sociedade estamental e de um comércio baseado no valor de uso, cujo objetivo era a satisfação das necessidades. A economia era essencialmente agrícola. A Igreja Católica controlava todo o mundo das idéias e quem discordasse de suas premissas era condenado à Inquisição.

Com o movimento das Cruzadas, os europeus foram influenciados pelo comércio do mundo árabe e, como forma de comércio incipiente levaram as feiras medievais para os feudos. Em decorrência do desenvolvimento da atividade comercial, houve a ascensão de uma nova classe social, a burguesia. Acrescido a isso, ocorreu mudança de paradigma, com as descobertas científicas de Copérnico (1473-1543) e de Galileu

Galileu, além do fortalecimento do paradigma cartesiano. A Igreja perdeu espaço e viu seus dogmas serem desafiados. As reformas protestantes corroboraram o surgimento do sistema capitalista e minaram, de vez, a força da Igreja Católica.

A Revolução Industrial transformou definitivamente a relação do homem com a natureza, devido à produção em massa. A necessidade de matérias-primas justificou invasões e explorações de colônias por parte das grandes potências capitalistas que surgiam. Iniciou-se, assim, o processo de desenvolvimento e a noção de progresso. A Revolução Francesa legitimou de vez, em âmbito político, a estrutura do sistema capitalista, com a criação do Estado Moderno e das normas e leis que garantiriam os direitos e deveres dos cidadãos. Com as revoluções científica, industrial e francesa, o homem separou-se, de vez, da natureza. Era o princípio do período moderno, marcado por prognósticos de riqueza e expansão econômica. Nessa previsão, acreditou-se que os recursos naturais seriam inesgotáveis, conceito que hoje é visto como uma das maiores falácias do mundo moderno.

Para a modernidade, o homem é o que ele faz, idéia reforçada pela ciência, tecnologia, administração e organização da sociedade, e pelo uso indiscriminado da razão humana. Formata-se uma sociedade que repousa sobre a ordenação de indivíduos considerados livres, lógica garantida pela formação do Estado de Direito e pelo mercado, com a crença de que, se a humanidade agisse segundo as leis mercantis, avançaria simultaneamente em direção à abundância, à liberdade, à felicidade.

O logocentrismo e o igualitarismo antropocêntrico são as marcas que caracterizam a modernidade. O contrato social é o pilar de sustentação; porém, se analisado segundo a ótica ecológico-ambientalista, não cria a visão de uma sociedade sociocósmica, pois, no âmbito social, vêem-se apenas os seres humanos, sujeitos de direitos e deveres, o que os distingue e separa completamente do resto da natureza, além de priorizá-los. A perspectiva de um ser humano capaz de constituir cultura e possuidor de superioridade lógica e racional perante os outros seres lhe dá a falsa convicção de superioridade planetária, concepção que só começou a ser revista devido às ameaças ambientais iminentes.

O paradigma cartesiano, no começo do período moderno, instaurou um corte radical entre o homem (possuidor de alma) e o resto da criação (entendida como matéria inerte desprovida de toda dimensão espiritual), propiciando o exercício ili-

mitado da dominação humana sobre a natureza, o qual o avanço das forças produtivas requeria.

As conseqüências da modernidade para o meio ambiente agravaram-se por uma situação que a precede, quando da instauração do sistema capitalista e da acumulação primitiva de capital. O mercado proporcionador de abundância, felicidade e progresso tornou-se o verdadeiro calcanhar-de-aquiles da causa ambiental. Teve início com a fase mercantil, que compreende o período entre o século XV e fim do XVIII. Seguiram-se a exploração e a colonização constantes de novas áreas do mundo, trazendo genocídios e distúrbios sociais que deixaram uma herança nefasta para os povos “descobertos”. No caso brasileiro, em especial, resultou em monocultura e escravidão de povos expropriados de sua condição humana. A busca de recursos naturais para a produção de manufaturas causou o extermínio de povos e a redução de florestas, além de explosões demográficas e aglomerações urbanas no Velho Mundo.

A Revolução Industrial fez com que a pilhagem da natureza se intensificasse. O surgimento do carvão, principal energia então utilizada, ocorreu cem anos antes, como alternativa à crise da madeira como combustível.

Com a expansão do sistema capitalista dos séculos XIX e XX e o incremento da produção em razão da energia elétrica, houve fortalecimento da divisão social do trabalho e apropriação e uso dos recursos naturais, aumentando, de maneira considerável, a expropriação e exploração de territórios e povos considerados “inferiores”, haja vista a partilha da África pela Europa, num domínio imperialista sem parâmetros.

O sistema capitalista acirrou-se a partir da queda do Muro de Berlim; a globalização intensificou-se e a competitividade por mercados cresceu assustadoramente. No entanto, as inovações tecnológicas surpreenderam e foram consideradas a válvula de escape para limitar o uso indevido dos recursos naturais e diminuir a exploração predatória.

Talvez a revolução tecnológica esteja traçando um novo marco civilizatório. Novos hábitos e condições de existência estão sendo alavancados, reformulando o mundo do trabalho, estabelecendo novas relações sociais e trazendo esperança de um novo modelo de desenvolvimento que integre as dimensões econômicas, sociais e culturais e vise, sobretudo, à qualidade de vida de povos e comunidades destituídos de condições mínimas de dignidade.

Em sentido político, pode-se observar uma crise que se aprofunda em termos pragmáticos e teóricos. Essa situação se agrava devido à impulsão da sociedade de massa, que enfraquece a ética e a filosofia, refletindo a fraqueza das instituições e a falta de debates convincentes sobre a aplicação de políticas públicas. Há um premente enfraquecimento dos Estados-nação. Os Estados soberanos são cada vez menos eficientes para pensar um novo ordenamento político e social. Nessa perspectiva, a questão ambiental e os novos modelos de desenvolvimento são um entrave para o Estado político moderno, pois essas questões forçam a repensar a política e as ações humanas em relação à necessidade de constituir um novo paradigma de desenvolvimento.

Por outro lado, esse cenário fez emergir o ambientalismo global e multissetorial, o qual não segue uma bandeira ideológica nem se alinha a políticas de esquerda ou direita. A emergência da questão ambiental está além de qualquer discussão política e nacional; sobrepõe as barreiras do nacionalismo e se eleva a um debate internacional em que o destino do planeta e da humanidade está em jogo. Chegou-se a esse grau de discussão devido às profundas transformações advindas da revolução tecnológica e impulsionadas por uma acumulação flexível de capital, que nos remete a uma transformação dos valores e padrões de consumo estratosféricos.

Estar-se-ia vivenciando um novo marco civilizatório, assim como o foi a revolução agrícola e mais tarde a revolução industrial? Talvez a revolução tecnológica esteja alçando o ser humano a uma nova forma de articulação em que o auto-apoio terá de ser utilizado em novos modelos de sustentabilidade. No entanto, a pressão é grande, pois não se pode esperar a roda do tempo e suas conseqüências sobre a humanidade. O movimento ambientalista é extremamente imprescindível, pois força a sociedade a agir, alerta e aponta para a real hipótese da finitude.

A necessidade de crescimento e desenvolvimento econômicos dos países, o crescimento dos mercados emergentes e a incorporação de novas parcelas da humanidade na sociedade de consumo são fatores que introduzem a humanidade num futuro incerto e sem precedentes. Certamente não será o mercado, no sistema neoliberal, que dará os indicativos de que há limites ecológicos para o crescimento econômico predatório. Esse alerta será feito pelo ambientalismo e pelos grupos engajados na perspectiva do fim do planeta e preocupados com essa possibilidade.

Um novo olhar precisa, urgentemente, ser instaurado sobre o desenvolvimento e do meio ambiente. Aquela imagem idílica da natureza e dos seres da natureza, representada poeticamente como algo distante do ser humano, ou a idéia estereotipada de que povos “do mato” são relativamente mais “atrasados” do que os cidadãos urbanos, precisa ser repensada. Essa visão dualista remete ao século XVI, quando das invasões colonialistas e do debate sobre a figura do “mal selvagem e do bom civilizado”. Hoje, a profissionalização no campo, o *agrobusiness*, o ecoturismo e o lazer ecológico têm uma significativa importância para a preservação e utilização sustentável dos recursos, contudo não afasta, em definitivo, a dualidade da natureza e da sociedade. Torna-se essencial o fortalecimento do paradigma biocêntrico, em que a espécie humana é apenas uma das muitas espécies que, de forma interdependente, vivem na mesma biosfera.

As conferências mundiais sobre a ótica ambiental tiveram – e têm – um papel decisivo na criação de uma nova formulação paradigmática. É inevitável pensar a questão ambiental sem mencionar os assuntos pertinentes ao desenvolvimento social e econômico. Por isso, a partir dos encontros mundiais, nasceram a idéia de desenvolvimento sustentável e todos os debates relativos às formas de sustentabilidade. A grande questão é: será possível criar um desenvolvimento sustentável sem esbarrar na lógica de um sistema capitalista que tem o lucro e a acumulação de capital como válvula propulsora? Não é para resolver essa questão que as conferências foram criadas, mas para articular mecanismos que possibilitem a reflexão acerca do célebre problema de articulação entre o uso dos recursos naturais de forma sustentável e consistente e o desenvolvimento e crescimento material das nações rumo ao desenvolvimento econômico.

Tradicionalmente, o desenvolvimento clássico e convencional dos sistemas econômicos não levou em conta os ecossistemas. Apenas com as catástrofes climáticas e distúrbios ambientais recentes observados a partir da segunda metade do século XX é que se deu início ao processo de pensar em uma forma de desenvolvimento econômico mais equilibrado. De concreto mesmo, quanto à formulação de novas propostas, pode-se destacar o ecodesenvolvimento (1973) como caracterizador de uma política alternativa. Nesse período, os debates entre os países do norte e do sul foram fortíssimos. Os representantes dos países do norte defendiam a teoria do “crescimento zero” e da instauração de políticas neomalthusianas para o controle da natalidade nos

países do sul, que, em reprimenda, não admitiam a hipótese de barrar o crescimento econômico de suas nações e acusavam os países do norte de destruir o meio ambiente em seus territórios e de impedir que as nações subdesenvolvidas alcançassem o desenvolvimento econômico. Os países do sul apontavam, ainda, que os do norte estavam, na verdade, com receio de que as economias sulistas ameaçassem e prejudicassem as economias mais ricas na nova competitividade global do pós-guerra.

O ecodesenvolvimento foi o meio-termo entre o ecologismo absoluto e o “economicismo” arrogante, capaz de conduzir a sociedade a um desenvolvimento orientado pelo princípio de justiça social em harmonia com a natureza, e não por meio de sua conquista. Um crescimento mais dosado e menos selvagem era, em síntese, a alternativa ecodesenvolvimentista. Sem dúvida, essa discussão foi fundamental para as conferências que vieram em seguida. Finalmente, em 1987, por meio da divulgação do Relatório Brundtland², firmou-se o conceito de desenvolvimento sustentável. “Desenvolvimento sustentável é o que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”, afirma o relatório. A sustentabilidade é firmada como estratégia de desenvolvimento a ser alcançada.

Desde então, o termo “desenvolvimento sustentável” tem evoluído, incorporando um novo conjunto de relações sociais e humanas que abarcam temas como paz, liberdade e qualidade de vida em conjunto com um meio ambiente saudável. É importante enfatizar a relevância de todos os atores sociais possuírem uma macrovisão dos problemas socioambientais da sociedade global. “Pense globalmente e aja localmente” foi o *slogan* revolucionário dos anos 1960; atualmente, ele é necessidade de primeira ordem nesse novo cenário.

3 A ética da sustentabilidade e a responsabilidade dos meios de comunicação de massa

O grande desafio, portanto, está posto. Como buscar o equilíbrio entre as ações humanas e a preservação do meio ambiente? Em outras palavras, como reconciliar homem e natureza? Como produzir uma relação sociedade-natureza de forma sustentada? Estariam os seres humanos interessados e aptos em contribuir coletivamente para o desenvolvimento sustentável?

O estilo de vida consumista conquistou a humanidade, porém não se sustentará por mais meio século. Parece profético demais, entretanto já é sabido que, se o nível de consumo no planeta for o mesmo que o dos Estados Unidos e da Europa para todos os povos, não haverá condições de convivência por muito tempo.

É preciso resgatar a ética da vida, o que Edgar Morin (2001) chama de "antropoética", marcada pela compreensão e solidariedade entre os seres humanos. É indispensável que se assuma a complexa condição humana indivíduo/sociedade/espécie e que se formule uma nova cosmovisão que proponha mudanças culturais de valores, estilos de vida e padrões de consumo, para reverter a tendência de colapso dos ecossistemas.

Morin (2001) pontua algumas contracorrentes que devem ser geradas: ecológicas, qualitativas, de resistência à vida prosaica puramente utilitária, de resistência à primazia do consumo, de emancipação em relação ao dinheiro e às éticas de pacificação das almas e das mentes. Poder-se-ia, assim, criar uma nova identidade e consciência terrena articulada em torno das consciências ecológica, antropológica, cívica, terrena e espiritual da condição humana.

A partir do estabelecimento desses novos paradigmas, salienta-se a importância dos meios de comunicação como propagadores dessa ética da sustentabilidade. O fortalecimento da sociedade de consumo apregoado pelas mídias não parece coerente com a crise ambiental que o homem atravessa. É certo que a humanidade está inserida num sistema capitalista, cuja lógica é a acumulação de capital que induz à competitividade e à produtividade, sobrecarregando o planeta ao subtrair recursos naturais finitos. É fato também que o ritmo de um capitalismo predatório leva à autodestruição. Por isso, é evidente a necessidade de uma nova cosmovisão, do uso de uma razão mais ampla e do estabelecimento de novas diretrizes econômicas de desenvolvimento que irão criar novos estilos e qualidades de vida. Os padrões de consumo devem alterar-se e novos hábitos devem ser criados. Daí a importância dos meios de comunicação para, de forma ética, auxiliar nesse processo de disseminação de informações coerentes com o momento.

Os meios de comunicação precisam abraçar rapidamente a ética da responsabilidade sugerida pelo filósofo Hans Jonas (2006), de que é de total responsabilidade da humanidade zelar pelas próximas gerações, pois todos têm direito a uma vida minimamente qualificada. O caminho da responsabilidade social passa pelos meios de comunicação

como fomentadores desse *éthos* que reaproxima homem e natureza. O consumidor, em suas escolhas, tem um papel e um dever significativos na construção de uma sociedade mais sustentável e justa. Essas escolhas precisam ser racionalizadas para o bem da subsistência humana. Empresas, *marketing* e publicidade precisam engendrar novos mecanismos responsáveis e comprometidos com o futuro e com as próximas gerações. A ótica ambientalista não pode ser dissociada de sua ambição realista-utópica, porque sua missão define um projeto em aberto e, portanto, passível de reflexão que deve ser impulsionada, sobretudo, pela mídia, cujo dever é deixar o ostracismo de lado e assumir definitivamente sua função social e revolucionária quanto à formação de opinião pública.

Pensar nas gerações atuais e naquelas que ainda não existem é uma necessidade prioritária. Segundo Jonas (2006), a ausência de uma perspectiva teleológica impede que se conceba eticamente a integração da humanidade com a natureza, assim como conduz o pensamento para o relativismo. Para ele, o problema de nossa época não é tanto a carência de qualquer finalidade, mas a substituição de uma vida boa (em termos ético-políticos, tal como defendiam os clássicos antigos e medievais) pela preservação e reprodução da vida (em termos biológico-materiais). Desse modo, a premissa para a destruição da natureza se constitui a partir da redução da finalidade humana à reprodução da espécie.

A experiência fundamental de Jonas (2006) é, pois, a desse vácuo ético a que responde sua tentativa de fundar uma ética da responsabilidade, cujo ponto de partida e de chegada é o reconhecimento do caráter de dever-ser da autêntica vida humana sobre a terra e, por conseguinte, da obrigação de preservar as condições sob as quais o autenticamente humano veio a ser e a revelar-se na história. Trata-se de um projeto de retorno à idéia de média, em face da *hybris* em que se transformou a coletiva vontade humana de poder, na era da civilização tecnológica. Trata-se, em última instância, da confissão de que o poder humano é ínfimo e insignificante em relação à incomensurável potência natural, que produz um excesso, uma desmesura excessiva de nosso poder de agir sobre o de prever, valorar e julgar.

Segundo Morin (1995), faz-se urgente a perspectiva de uma ética planetária. Há que se aprender a estar lá (*dasein*) no planeta. Aprender a estar significa aprender a viver, a partilhar, a comunicar e a comungar; é o que se aprendia nas e pelas culturas fechadas. Há que se aprender agora a ser, a viver, a partilhar, comunicar e a comungar como humanos

do planeta Terra, e não somente como um ser pertencente a uma cultura.

Acredita-se que a comunicação deva, por conseguinte, assumir uma tarefa educacional, entretanto isso requer a democratização dos meios de comunicação de massa e o seu comprometimento real com o destino da humanidade, como apregoam Jonas (2006) e Morin (2001). Criar valores e novas éticas é também tarefa dos meios de comunicação. Esses valores já não podem estar presos unicamente a interesses mercadológicos que omitem a causa ambiental e, conseqüentemente, a causa humana. A comunidade-destino é algo urgente a alcançar. Há de se incentivar a cidadania focada em outros valores que não estejam exclusivamente relacionados ao consumo pelo consumo, mas a um consumo que não agrida a vida humana, que seja mais consciente e coerente com as crises ambiental e planetária que estão ocorrendo. Não se deve mais pensar em criação de leis, normas, regras, pois essas já perpassam toda a sociedade de controle. Está na hora de amadurecer a idéia de assumir a auto-ética, e isso não exige condicionamentos punitivos, e sim consciência humana e cidadania planetária, sensibilização e solidariedade das elites, educação e economia solidária para as comunidades carentes – processos que podem ser impulsionados pelos meios de comunicação comprometidos com a subsistência da vida humana e com o destino sustentável do planeta.

4 Considerações finais

Atualmente, não se presta atenção no mundo como um todo. A humanidade foi muito extravagante em seu desenvolvimento; por isso, há que se instaurar uma sociedade próspera que eduque a todos em todas as partes da Terra.

A Terra é uma casa, embora não seja tratada como tal. Compreender a ordem implicada nesta afirmação ajudaria a ver que tudo abrange tudo, que todos não só dependem de todos, mas também todos são “todos” num sentido mais profundo. O ser humano é a Terra, porque toda a sua substância vem da terra e volta para ela. Dessa forma, é errado dizer que é apenas o ambiente que nos cerca.

A obstinação por desenvolvimento trouxe a educação secular, o progresso tecnológico e os sistemas econômicos modernos, desestabilizou a economia mundial e também muitas sociedades. De certo modo, criou-se uma situação instável difícil de reverter e desencadearam-se forças incompreendidas. A

visão mecanicista de mundo é parte desse processo, pois permitiu que as pessoas pensassem na Terra como algo de que se tiramos proveito monetário.

A visão mecanicista de dia útil para a maior parte das pessoas deve ser substituída por uma visão de mundo vivo, holístico, animista, em que todo cosmo está vivo, assim como a Terra e o ecossistema. Essa nova perspectiva envolve a quebra de hábitos sociais e econômicos, e não mudará de imediato o que está acontecendo no mundo; não é automática nem mecânica, leva tempo e exige muito critério, planejamento e diálogo.

Os problemas sociais e econômicos enfrentados estão tornando a sociedade mais disposta a desafiar as bases de idéias científicas, cartesianas e fragmentadas. Um conceito que está perfeitamente claro para muitos é que o desenvolvimento deve ser sustentável. É necessário pensar não em três ou cinco anos à frente, mas em cem, duzentos anos adiante, para que se possa visualizar um planejamento diferente.

Para mudar o exterior, antes é preciso mudar interiormente. Por exemplo, se o desejo é ter um belo jardim, primeiro a mente humana faz uma espécie de projeto na imaginação, para depois, de acordo com essa idéia, executar, materializar o que foi planejado.

Por isso é preciso destacar a complexidade da temática “meio ambiente”. Questões econômicas e sociais, tais como a desigualdade social e de renda, além da lógica do acúmulo de capital, vem a reboque dessa discussão. Para não se limitar à solução ideológica, de esquerda ou direita, comunismo ou capitalismo, resvalando em posições inócuas que acaloram debates políticos, faz-se necessário encaminhar a discussão para a globalidade, trabalhando com a diferença, independentemente de raça, credo, cor etc. Nesse processo, os meios de comunicação de massa têm uma responsabilidade gigantesca. O entretenimento inteligente e responsável, além do caráter informativo e cidadão, deve ter lugar de destaque nessa nova ética comunicativa e planetária.

Sustainability ethics emergency and media responsibility in the consumption society

In this article, it is discussed the sustainable development and the importance of the environmental cause, in order to create models of development that consider the sustainability and environmental preservation for the future

generations. The participation of all society is essential in this debate. The establishment of new habits that do not compromise the subsistence and the conscience of the real self-destruction possibility must be studied and analysed; they consist in challenging intentions, which detach the relevance and the moral duty of the media to restore a new ethics and a new way to understand the reality, as well as to divulge the impact of this different perception in the human life. Therefore occurs the requirement of a responsible compromise relating to the development, by way of understanding the biosphere as the social life basis, considering that, in these ecosystems, the human being is only one of the many species that live in an interdependence relationship.

Key words: Awareness. Communication. Development. Environmental. Sustainability.

Notas

- 1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, promulgada em 5 de outubro de 1988. Título VIII – Da ordem social. Capítulo VI – Do meio ambiente.

- 2 Trata-se de “Nosso Futuro Comum”, documento publicado em 1982 e mais conhecido como Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e presidida por Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega. O relatório Brundtland consolida uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e mimetizado pelas nações em desenvolvimento, ressaltando a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes nos países industrializados e o uso racional dos recursos naturais e a capacidade de suporte dos ecossistemas. A partir de sua publicação, o “Nosso Futuro Comum” tornou-se referência mundial para a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento ‘ecocompatíveis’.

Referências

- JONAS, Hans. *O Princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2006.
- MORIN, E. *Terra-pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001.

recebido em 28 set. 2006 / aprovado em 19 jan. 2007

Para referenciar este texto:

ARAÚJO, R. B. A emergência da ética da sustentabilidade e a responsabilidade dos meios de comunicação na sociedade de consumo. *Cenários da Comunicação*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 117-124, 2007.